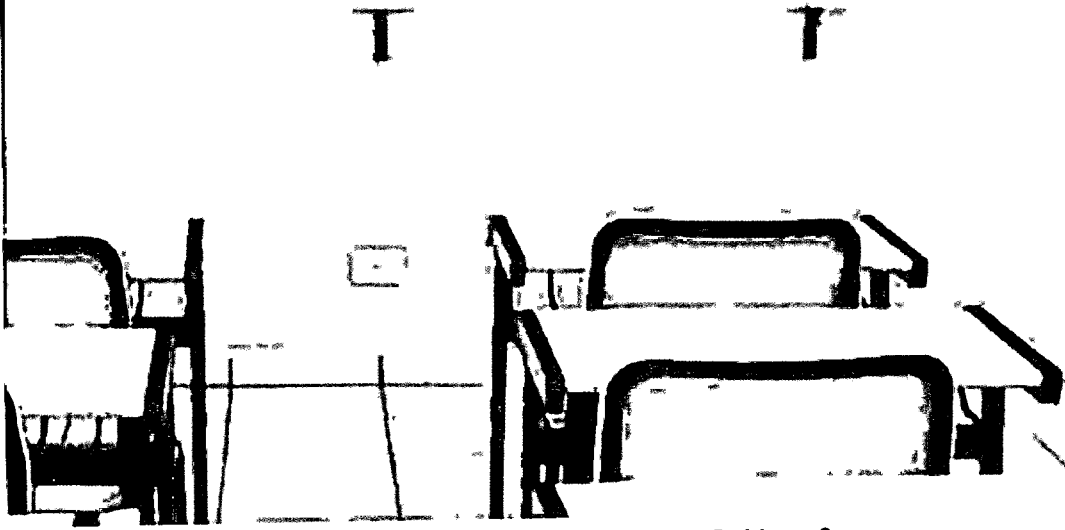


Plano Estadual de Educação



Carlos Alberto Pereira da Silva | José Maria Rodrigues Soares
ORGANIZADORES

EDUCAÇÃO
Secretaria de Estado
da Educação / SEDUC



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

PIAUI/2016

Silva, Carlos Alberto Pereira da

S586p

Plano Estadual de Educação do Piauí./ Organizadores: Carlos Alberto Pereira da Silva, José Maria Rodrigues Soares. - Teresina: Secretaria Estadual de Educação do Piauí. 2016

202p.: il.

ISBN: 978-85-8320-185-4

1. Educação - 2. Piauí - 3. Plano. I. Título

CDD - 370

EDUCAÇÃO
Secretaria de Estado
da Educação / SEDUC



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

1ª Edição
Estado do Piauí
2016

CRÉDITOS INSTITUCIONAIS

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ
Margareth de Castro Coelho

SECRETÁRIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Rejane Ribeiro Sousa Dias

Carlos Alberto Pereira da Silva
Superintendente de Ensino
Coordenador Geral do PEE/PI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
INTRODUÇÃO	09
DIAGNÓSTICO	13
PARECER CEE/PI Nº 104/2015	99
RESOLUÇÃO CEE/PI Nº 103/2015	111
LEI Nº 6.733, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015	115
ANEXO II	123
METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	125
FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	189
ENTIDADES DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	191
REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	192
COORDENAÇÃO E COMISSÕES DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	194
EQUIPE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PEE/PI	195

APRESENTAÇÃO

O Plano Estadual de Educação do Piauí - PEE/PI foi elaborado de forma colaborativa por diversos segmentos sociais, envolvidos com o Sistema de Ensino do Estado do Piauí, visando contribuir de forma significativa para que se tenha uma educação inclusiva, humanizadora e cidadã. A construção deste Plano teve início no ano de 2013 por meio da constituição de Comissões Permanentes do Fórum Estadual de Educação do Estado do Piauí-FEE/PI, técnicos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí - SEDUC/PI e de instituições parceiras. Trata-se de uma proposta a ser desenvolvida em consonância com os sistemas municipais e o nacional de ensino.

O PEE/PI é um instrumento legalmente formalizado como Lei Estadual Nº 6.733 de 17 de dezembro de 2015, apresentando no escopo vinte metas, com centenas de estratégias, pautadas na: estruturação e universalização da educação básica, expansão do ensino superior, promoção da igualdade e da diversidade e valorização dos profissionais do magistério.

As metas e estratégias presentes neste Plano foram elaboradas com base no Plano Nacional de Educação -

PNE, e servirão para nortear passos a serem seguidos durante os dez anos previstos para a sua execução. Também deverão contribuir para o Estado do Piauí alcançar os objetivos educacionais a curto, médio e longo prazo, configurando em um documento significativo para a implementação de novas políticas educacionais no âmbito Estadual.

Consideramos O PEE/PI como a lei mais completa da educação do nosso estado, pois foi elaborada de forma democrática com a participação efetiva de vários segmentos envolvidos com a educação do Piauí. Nesse sentido, espera-se que este documento sirva de instrumento para o monitoramento, sistematização e avaliação do Sistema Estadual de Ensino.

Rejane Ribeiro Sousa Dias
Deputada Federal e,
Secretária de Estado da Educação do Piauí

INTRODUÇÃO

O Fórum Estadual de Educação – FEE/PI, espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado, é uma reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação – CONAE/2010 (etapa Piauí). Entre as atribuições do referido Fórum (FEE/PI) destacam-se propor, monitorar e avaliar a execução de políticas públicas de educação no Estado e, seu objetivo essencial é, pois, definir metas e estratégias para todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Vale ressaltar que, em 2015, o Fórum Estadual de Educação realizou nos dias 01 e 02 de junho, a III Conferência Estadual de Educação com a presença do governador Wellington Dias, da Secretária de Estado da Educação, Rejane Dias, alguns parlamentares entre outros convidados. A solenidade de abertura aconteceu no espaço “Helena Sousa”, do Atlantic City.

Durante o evento acima mencionado, estiveram presentes os delegados eleitos, as autoridades parlamentares e convidados, totalizando uma média de

1600 participantes de todo o Piauí e do território nacional. A meta principal dessa Conferência foi ade organizar, validar e consolidar as propostas discutidas e deliberadas a serem postas no Documento Base que norteiam a construção do Plano Estadual de Educação. Este instrumento de planejamento decenal para o período de 2015 a 2025 visa garantir o direito à educação de cada cidadão e cidadã de nosso Estado com bons resultados.

Segundo o coordenador do Fórum Estadual de Educação (até 2014), Prof. Dr. Ribamar Torres, em sua fala de abertura argumentou que a Conferência se concretizou por ser um espaço de diálogo sobre as políticas educacionais. Para o referido coordenador, "é um espaço de diálogo e debate de propostas que refletiram diferentes realidades educacionais, cuja finalidade é o de construir um projeto nacional de educação. As propostas apresentadas nessa conferência foram elaboradas e discutidas por delegados eleitos de forma descentralizada, ou seja, durante as Conferências Regionais de Educação, ocorridas em vários municípios do Estado", declarou o coordenador. Vale ressaltar que em 2013, o Fórum Estadual de Educação do Piauí (FEE-PI) abriu a Conferência Estadual de Educação, como etapa obrigatória para se discutir as questões educacionais no ano seguinte, isto é, na II Conferência Nacional de Educação CONAE/2014, realizado no espaço Cajuína, do Atlântic City, em Teresina, no Estado do Piauí.

Com a elaboração e promulgação da lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), em seu art. 8º, determina que “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de 01 (um) ano contado da publicação da Lei”. Tal determinação aconteceu mediante criação do Fórum Estadual de Educação do Piauí (FEE/PI), espaço de diálogo, por meio da Portaria GSE/ADM Nº 0010/2009. A partir dessa criação, o Fórum assume a articulação e coordenação do processo de discussão coletiva para elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE/PI), com base nas discussões das propostas elaboradas durante as Plenárias, as Conferências Livres, Conferências Intermunicipais e a Estadual.

A delegação era constituída de 937 delegados e delegadas eleitos nos eventos realizados nos 224 municípios do Piauí representando os diversos segmentos sociais do Estado que, por sua vez, passariam a representar seus municípios. Os referidos delegados tinham a responsabilidade de avaliar as contribuições propostas e, conforme os dirigentes, as ações aprovadas foram encaminhadas para o Fórum Nacional de Educação (FNE).

É necessário registrar que A Conferência Estadual de Educação de 2013 teve caráter deliberativo no intuito de consolidar propostas que subsidiaram a elaboração,

implementação, consolidação e avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE), aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Piauí e, sancionado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, em 2015.

Portanto, no presente livro que ora apresentamos ao público em geral, contém uma coletânea de produções escritas após a realização do CONAE/2014, com os seguintes produtos: Diagnóstico da educação do Estado, Parecer e Resolução do CEE/PI referente à Lei nº 6.733, aprovada em 17 de dezembro de 2015 e publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de dezembro de 2015, DOE nº 239. Dessa forma, cremos que as leituras desses documentos viabilizaram o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Plano Estadual de Educação, o PEE/PI (2015-2025).

Carlos Alberto Pereira da Silva
Coordenador Geral do FEE/PI

DIAGNÓSTICO



DIAGNÓSTICO

2.1 Breve caracterização do Estado do Piauí

O Estado do Piauí, localizado na Região Nordeste do Brasil, possui uma área total de 251.611,932 km², representando 2,95% do território brasileiro, e apresenta uma população estimada de 3.194.718 habitantes (IBGE projeção para 2014), o que constitui 1,57% do total da população brasileira, distribuída em 224 municípios, com uma densidade demográfica de 12,40 habitantes por km². A maioria da população piauiense é residente de áreas urbanas: 65,8%; a população rural é de 34,2%. Dos 224 municípios, 164 possuem menos de 10.000 habitantes, ou seja, 73,21%; 3 possuem entre 50.001 e 100.000 habitantes (Picos, Piripiri e Floriano); 1 mais de 100.000 (Parnaíba) e 1 mais de 500.000 (Teresina com 814.230 hab.) - (IBGE/Censo Demográfico 2010).

Observando a população por faixa etária, apresentada pela Pesquisa por Amostra de Domicílios – PNAD 2013 constatou-se que houve uma redução em alguns grupos etários, especialmente nos grupos entre 15 anos e 39 anos de idade, se comparados os anos de 2012 e 2013, conforme tabela nº 01.

Tabela 01 - PIAUÍ – População residente por grupo de idade, 2012 – 2013

(1 000 pessoas)

ANO	TOTAL	GRUPOS DE IDADE							
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 Anos	20 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
2012	3 175	247	260	282	318	269	734	675	389
2013	3.187	246	278	291	312	244	724	708	385

IBGE/PNAD 2013

Para fins de Planejamento Governamental, o Estado do Piauí, por meio da Lei Complementar nº 87, de 22/08/2007, foi regionalizado em 28 Aglomerados e 11 Territórios de Desenvolvimento, em 4 Macrorregiões. A regionalização para o desenvolvimento fundamenta-se em características ambientais;

vocações produtivas e dinamismo das regiões; relações sócio-econômicas e culturais estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente. Os Territórios de Desenvolvimento Sustentável constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento.

No que se refere aos indicadores socioeconômicos, observa-se que em 10 anos o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Estado do Piauí evoluiu de 0,566 para 0,646 ficando um pouco abaixo da média do Brasil, que foi de 0,699 em 2010, conforme tabela nº 02.

Tabela 02 –Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, Piauí, 1991/2010

ANO	IDH
1991	0,566
2000	0,656
2010	0,646

Fonte: PNUD/Fundação João Pinheiro

A evolução do IDH no período citado possibilitou a mudança da classificação do Estado passando de índice “muito baixo” para o Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM). De 1991 a 2010, o IDHM do Piauí passou de 0,362, em 1991, para 0,646, em 2010, enquanto o IDHM do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica em uma taxa de crescimento de 78,45% para o Estado e 47% para o país; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 55,49% para o Piauí e 53,85% para o Brasil.

Considerando que IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, no Piauí, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos, no mesmo período, foi Educação (com crescimento de 0,383), seguida por Longevidade e por Renda. No Brasil, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Tabela 03 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, Piauí, 1991/2010

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,164	0,301	0,547
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	18,3	25,05	41,81
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	36,51	74,58	95,24
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	13,33	30,95	80,08
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	7,11	17,06	45,23
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	4,97	9,12	29,44
IDHM Longevidade	0,595	0,676	0,777
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,71	65,55	71,62
IDHM Renda	0,488	0,556	0,635
Renda per capita (em R\$)	167,03	254,78	416,93

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Quanto ao Produto Interno Bruto, o Piauí apresenta o menor PIB do Nordeste, embora tenha apresentado um crescimento considerável, passando de R\$ 22.060 bilhões, em 2010, para R\$ 24.607 bilhões, em 2011. O Estado também tem o menor PIB per capita do país, apesar de também ter crescido, saindo de R\$ 7.022,00 em 2010 para R\$ 7.835,00 em 2011, conforme dados divulgados pelo IBGE/Cepro 2013. Apesar destas posições, há que se considerar que neste ano a taxa de crescimento do PIB estadual foi de 6,1% enquanto que o Brasil cresceu apenas 2,7%. Considerando o PIB per capita, o do Piauí cresceu 10,7% e o do Brasil 7,5%.

De acordo com dados do PNUD, a renda per capita média do Piauí cresceu 149,61% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 167,03, em 1991, para R\$ 254,78, em 2000, chegando R\$ 416,93, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,93%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,80%, entre 1991 e 2000, e 5,05%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 73,22%, em 1991, para 57,28%, em 2000, chegando a 34,11%, em 2010.

A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, usado para medir o grau de concentração de renda, pois aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. No Piauí o índice

passou de 0,64, em 1991, para 0,65, em 2000, chegando a 0,61, em 2010, conforme tabela 03.

Tabela 04 – Renda, Pobreza e Desigualdade, Piauí, 1991/2010

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	167,03	254,78	416,93
% de extremamente pobres	47,84	32,51	18,77
% de pobres	73,22	57,28	34,11
Índice de Gini	0,64	0,65	0,61

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O IBGE divulgou uma tabela com os valores dos rendimentos domiciliares per capita de 2014 para o Brasil e as Unidades da Federação (estados e Distrito Federal), investigados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A PNAD Contínua é uma pesquisa domiciliar que, a cada trimestre, levanta informações socioeconômicas. Os dados apresentaram um Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente do Piauí 2014 de R\$ 659,00, colocando o Estado na vigésima terceira posição em relação aos outros estados da Federação.

Outros importantes indicadores a serem considerados são a Esperança de Vida ao Nascer e a Taxa de Mortalidade Infantil. Quanto a Esperança de Vida, o Piauí apresentou uma evolução entre os anos de 2009 a 2013 passando de 69,7 para 70,5, apontando para a necessidade do estabelecimento de políticas para a população na faixa etária a partir dos 60 anos de idade. Quanto à taxa de Mortalidade Infantil, o estado também progrediu, mas ainda encontra-se em uma situação bastante desfavorável. Saiu de 26,20 em 2009 para 21,1 em 2013, situando-se na 4ª posição entre as unidades da federação. (IBGE/SIS 2014)

Analisando os dados referentes à população residente economicamente ativa podemos perceber que o Piauí encontra-se em situação melhor que a Região Nordeste e que o país, uma vez que a taxa de atividade do Piauí, em 2011, foi de 68,40%, a da

Região Nordeste foi de 60,35% e a do Brasil foi de 63,04%. Entretanto, possuir mais de 30% de População Economicamente Inativa é um dado muito preocupante e que merece ser considerado. A tabela nº 05 nos apresenta os dados relacionados a esse indicador.

Tabela 05 - População residente, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e taxa de atividade no período de referência de 365 dias Piauí, Nordeste e Brasil, 2011.

(mil pessoas)

DISCRIMINAÇÃO	PIAUI	NORDESTE	BRASIL
População Total	3.177	54.228	195.243
População em Idade Ativa	2.640	45.475	166.987
População Economicamente Ativa	1.806	27.448	105.277
População Ocupada	1.575	23.726	93.493
Taxa de Atividade	68,40	60,35	63,04

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – 2011; Fundação Cepro.

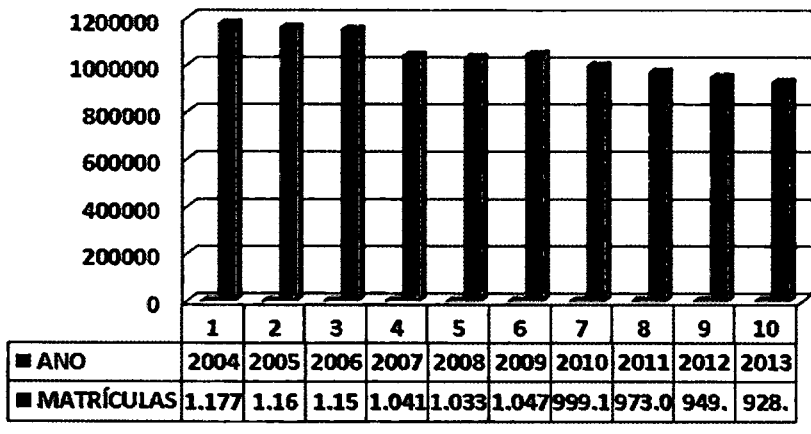
Nota¹: População em idade ativa, população economicamente ativa, população ocupada (10 anos ou mais de idade)

Nota²: Taxa de Atividade – Percentagem de pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas em idade ativa

Diagnóstico da Educação no Estado do Piauí

O Sistema Estadual de Ensino do Piauí abrange as quatro dependências administrativas: estadual, federal, municipal e privada, e, no ano de 2013, atendeu, em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica, 928.064 matrículas. No gráfico 01, verificaremos que a taxa de atendimento de matrículas na educação básica teve uma queda acentuada, atingindo o percentual de 26,92% de redução, considerando uma série histórica de 10 anos.

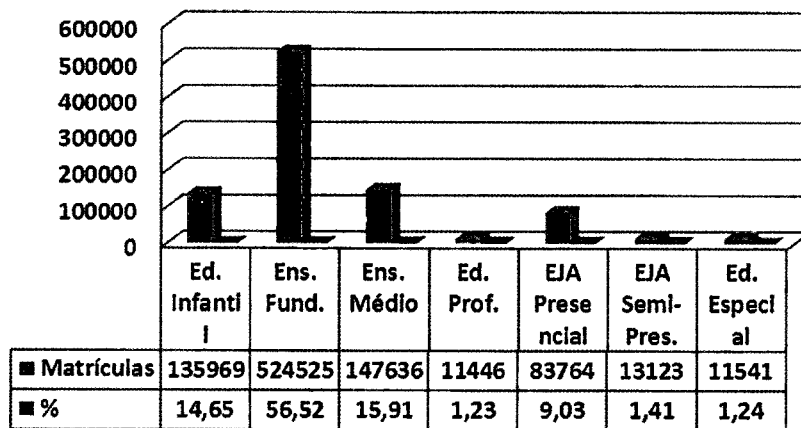
Gráfico 01 – Evolução do atendimento de Matrículas na Educação Básica no Estado do Piauí, 2004-2013



Fonte: INEP/MEC.

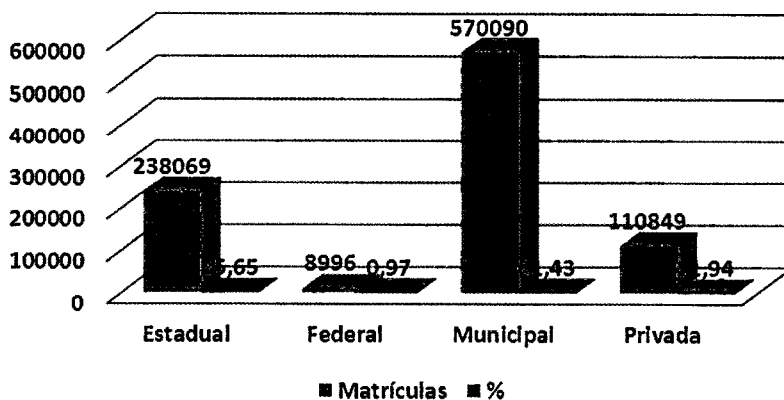
No que diz respeito às etapas e modalidades de ensino, o Estado do Piauí apresenta uma predominância de matrículas no ensino fundamental, 56,52%. No tocante às dependências administrativas, a rede municipal se destaca com o percentual de 61,43% do total de matrículas atendidas na Educação Básica. Os gráficos 02 e 03 retratam esses dados.

Gráfico 02 – Número de Matrículas por Etapa e Modalidade de Ensino, 2013



Fonte: INEP/MEC.

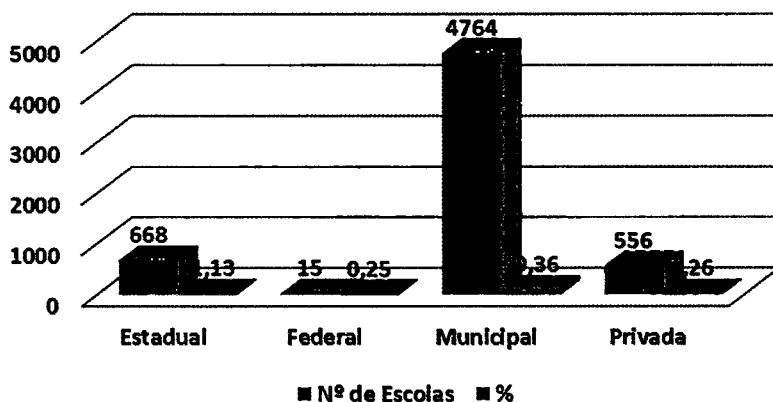
Gráfico 03 – Número de Matrículas por Dependência Administrativa, 2013



Fonte: INEP/MEC.

Quanto aos estabelecimentos de ensino na Educação Básica, o Piauí apresenta um total de 6.003 escolas, distribuídas nas quatro dependências administrativas, ocorrendo uma predominância do número de estabelecimentos na rede municipal com 79,36%, conforme podemos constatar no gráfico 04.

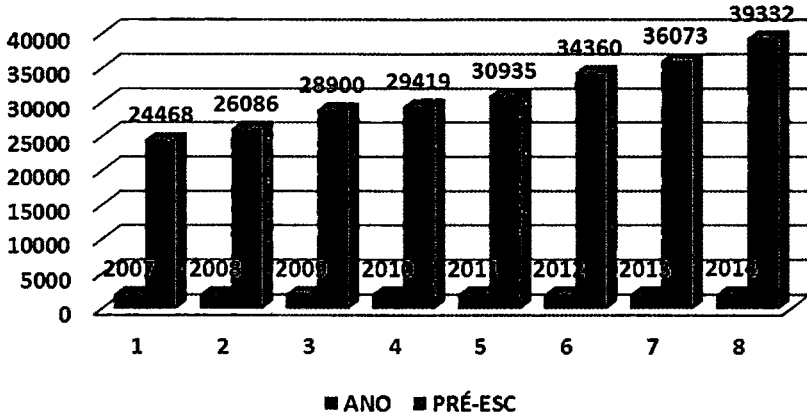
Gráfico 04 – Número de Estabelecimentos de Ensino por Dependência Administrativa, Estado do Piauí, 2013.



Fonte: INEP/MEC – SEDUC (2013).

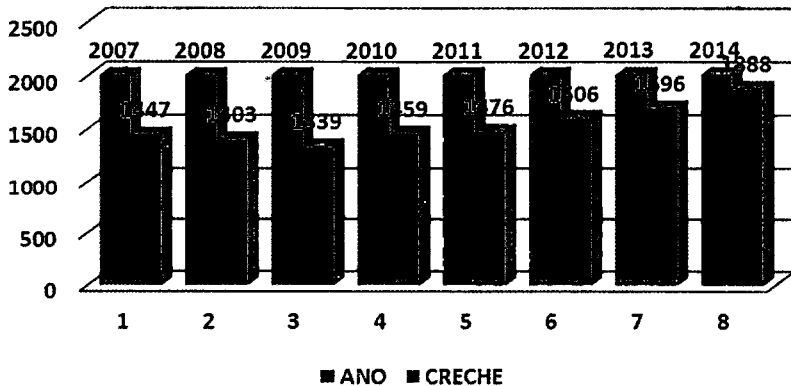
Conforme já demonstrado no gráfico 01, o Estado do Piauí, no período de 2004 a 2013, teve uma redução de matrículas na educação básica. Entretanto, na etapa do ensino infantil, verifica-se o contrário. Na última década, o atendimento de matrículas em creche teve uma expansão de 37,39%, assim como em relação ao número de estabelecimentos de ensino que foi ampliado em 23,36%, dados observados nos gráficos 05 e 06.

Gráfico 05 – Evolução do número de Matrículas na Educação Infantil – Creche, Piauí, 2007 - 2014



Fonte: INEP/MEC

Gráfico 06 – Evolução do número de Estabelecimentos de Educação Infantil – Creche, Piauí, 2007 - 2014



Fonte: INEP/MEC (2013)

Nos próximos tópicos deste diagnóstico será exposta a situação das diferentes etapas e modalidades de educação ofertadas, assim como os aspectos referentes à valorização dos profissionais, à gestão e financiamento da educação.

2.2.1 Educação Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art. 29). Essa etapa da educação é ofertada na creche, para crianças de 0 a 3 anos de idade, e na pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos de idade.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, creches e pré-escolas constituem-se, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade, contando com profissionais com a formação específica, legalmente determinada. Superam-se, assim, as funções de cunho unicamente assistencial.

A educação das crianças de 0 a 5 anos deve ser assumida como um direito que respeite e assegure a sua constituição enquanto sujeito pleno, à medida que é dever do Estado garantir o atendimento à primeira etapa da Educação Básica, conforme disposição da LDB, Lei nº 9.394/96. Esse direito é reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (em seu art. 54, inciso IV). Nesse contexto, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. Neste caso, a Lei determina que cabe aos Sistemas Municipais de Educação a maior parcela de responsabilidade por esse atendimento, mas em regime de colaboração.

No Piauí, a partir do ano de 2013, a educação infantil pública teve sua oferta exclusiva no âmbito municipal, com exceção do município de Caracol, devido à presença de 58 matrículas da esfera federal.

As mudanças legais são avanços porque também reconhecem

as creches e pré-escolas como instituições integrantes dos sistemas de educação, agora como etapa da educação básica em que predomina o educar e cuidar. Dessa forma, o trabalho pedagógico com a criança de 0 a 5 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional. Ademais, pesquisas demonstram que, quanto mais cedo a criança começa a estudar, mais favorecido será seu processo de escolarização. Além deste fator, a criação e ampliação de vagas em creches e pré-escolas atende aos direitos das crianças e das mulheres.

No Estado do Piauí, a educação infantil (creche e pré-escola) é ofertada por meio das redes federal, municipal e privada. Os dados a seguir refletem a realidade de matrícula absoluta, segundo Censo Escolar de 2013:

Tabela 06- Matrícula Absoluta – creche e pré-escola, Piauí, 2013

REDE	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	TOTAL
Municipal Urbana	23.490	51.048	74.538
Municipal Rural	7.635	30.783	38.418
Federal	1	58	59
Privada	4.501	17.764	22.265
Total	35.626	99.653	135.279

Fonte: INEP

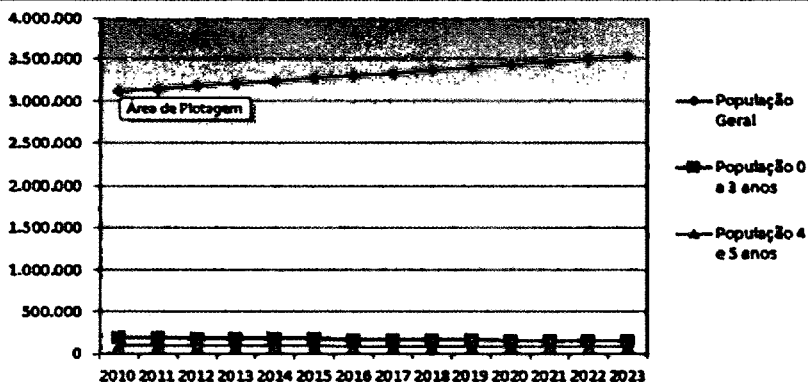
Para cumprir o desafio de universalizar a matrícula até 2016 na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, com vistas a atender, no mínimo, 50% das crianças de zero a três anos até o final da vigência do Plano Nacional de Educação/PNE – Lei nº 13.005/2014, torna-se imprescindível fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados.

No Estado do Piauí, de acordo com o Censo Educacional, das 196.362 crianças na faixa etária de 0 a 3 anos em 2010, apenas 15% estavam estudando. O referido percentual vem aumentando: 15,8%, em 2011; 17,5%, em 2012; e 18,15% em 2013. Apesar da distância considerável em relação à meta 1 do

PNE, nota-se o aumento das matrículas nos quatro últimos anos. De acordo com o último Censo Populacional do IBGE, realizado em 2010, o Estado tem 104.096 crianças de 4 e 5 anos, sendo atendidas, na rede regular de ensino, neste ano, 95,35%. Em 2011, frequentaram a pré-escola 95,8%; em 2012, 93,33% e, em 2013, 95,73%. Constata-se que ainda existe um número considerável de crianças, na referida faixa-etária, fora da escola, cerca de 5.205 crianças.

A população demandante dos serviços educacionais de creche e pré-escola, nos últimos 10 anos, sofreu decréscimo. Mais especificamente, a população em idade de creche [0 a 3 anos], no Estado do Piauí, decresceu de 241.563 crianças no ano 2000, para 196.362 crianças nos anos 2010, o que representa uma queda populacional de 18,7% nessa faixa etária. Em se tratando da população em idade de pré-escola [4 e 5 anos], registra-se uma queda de 13,9%. Em termos quantitativos, o Piauí tinha 120.938 crianças nessa faixa etária no ano 2000, número que foi reduzido para 104.196 crianças na década 2000-2010. Isso implica numa taxa média de crescimento anual de 0,967%.

Gráfico 07– Projeção da População de 0 a 3 anos e 4 e 5 anos, Piauí, 2010 – 2023



Fonte: Equipe Técnica, com fundamentação nos Censos IBGE (2000 e 2010)

Aplicando-se a mesma lógica, mas em sentido oposto, a população de 0 a 3 anos decresceu 18,7% na década observada, o que significa 1,87% ao ano, enquanto que com a população de 4 e 5 anos a taxa decenal (2000 – 2010) de queda foi 13,9%, o que implica em queda de 1,39% ao ano. Assim sendo, projeta-se que, de 2010 para 2023, o número de crianças de 0 a 3 anos cairá de 196.362 para 153.631 e o número de crianças de 4 e 5 anos sofrerá alteração de 104.196 para 86.861.

2.2.2 Ensino Fundamental

O Plano Nacional de Educação trata da universalização do ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos, definindo que deve ser garantido que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PNE (meta 2). O Piauí avançou em relação ao acesso dos alunos à matrícula, melhorando os indicadores relativos ao fluxo escolar das séries iniciais e finais do ensino fundamental.

No Brasil, a taxa de atendimento da população de 6 a 14 anos no ensino fundamental é de 98,4%. Na Região Nordeste, 98,1%; no Piauí, 98,8%, conforme dados do PNAD (2013). Assim, os índices do Estado do Piauí encontram-se acima do nacional e do regional. A taxa de aprovação no Piauí de 2010 a 2013 cresceu em 4,77% nos anos iniciais do ensino fundamental e decresceu 1,36% nos anos finais. Em relação à reprovação, houve um crescimento de 3,02%, nos anos iniciais, e de 2,77% nos anos finais, indicadores negativos para a educação no Estado. A taxa de abandono decresceu em 0,65%, nos anos iniciais, e 0,53%, nos anos finais.

Tabela 07– Taxa de Rendimento Escolar, Piauí, 2010 – 2013

ANO	ETAPA	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO
2013	Anos iniciais	28.948	5.381	262.167
	Anos finais	34.842	9.853	191.864
2012	Anos iniciais	37.903	7.145	263.315
	Anos finais	35.591	12.165	193.717
2011	Anos iniciais	54.993	10.344	379.787
	Anos finais	41.733	14.972	240.567
2010	Anos iniciais	44.203	9.071	287.295
	Anos finais	32.410	12.702	223.709

Fonte: QEDU

Há uma evolução positiva quanto ao rendimento e escolaridade dos alunos do ensino fundamental, mas ainda persiste a distorção idade/ano, causando um atraso na escolaridade dos alunos de 06 a 14 anos. No Brasil, esse percentual decresceu de 2010 a 2013: 3,1% nos anos iniciais e 2,1% anos finais e no Piauí apresenta um decréscimo de 5,4% anos iniciais e 1,7% anos finais, no mesmo período.

Tabela 08- Número de matrículas em programas de correção de fluxo no ensino fundamental, por série de ingresso, Piauí, 2013

Matrículas em Programas de Correção de Fluxo no Ensino Fundamental									
Total	Ano								
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2.154	137	192	618	437	416	177	26	133	18
4.911	131	523	1.326	1.486	1.197	113	39	72	24
13.280	475	2.191	3.534	3.811	3.019	137	17	12	84
17.193	437	2.997	5.296	5.045	3.100	149	35	22	112

Fonte: QEDU

Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) evidenciam que houve um crescimento significativo em relação à meta projetada no Brasil para 2013, nos anos iniciais do ensino fundamental, pois a meta de 4,9 foi superada, atingindo um índice de 5,2. Em relação aos anos finais, ocorreu um decréscimo, pois a meta projetada era de 4,4 e o resultado obtido foi 4,2. Em relação ao Piauí, a meta projetada nacionalmente foi de 3,6 e o resultado obtido foi de 4,5 nos anos iniciais. Nos anos finais, a meta projetada era de 3,5 e o Estado obteve o mesmo índice.

Tabela 09–IDEB– Anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual de ensino, Piauí, 2009/2013.

IDEB – Anos Iniciais – EF			
ANO	2009	2011	2013
Meta projetada	4.2	4.6	4.9
Brasil resultado	4.6	5.0	5.2
Meta projetada	2.9	3.3	3.6
Piauí resultado	3.8	4.1	4.5

Fonte: MEC/INEP

Tabela 10– IDEB – Anos finais do ensino fundamental da rede estadual de ensino, Piauí, 2009/2013

IDEB – Anos Finais – EF			
ANO	2009	2011	2013
Meta projetada	3.7	3.9	4.4
Brasil resultado	4.0	4.1	4.2
Meta projetada	2.8	3.1	3.5
Piauí resultado	3.4	3.6	3.5

Fonte: MEC/INEP

2.2.3 Ensino Médio

O ensino médio, última etapa da educação básica, deve ser ofertado para todos que demandarem inclusive àqueles que não puderam concluí-lo na idade certa, conforme Artigo 10, Inciso VI, da LDB (redação dada pela Lei nº 12.061/2009).

Sua finalidade é:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Artigo 35 da LDB)

De acordo com os dados do IBGE, representados nos gráficos 8 e 9, o percentual de atendimento escolar à população de 15 a 17 anos no Piauí é significativo, superando o percentual do Nordeste e do Brasil. Entretanto, a taxa líquida de matrícula no Estado apresenta uma queda em relação ao regional e ao nacional.

Gráfico 08 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola - Brasil, Nordeste e Piauí

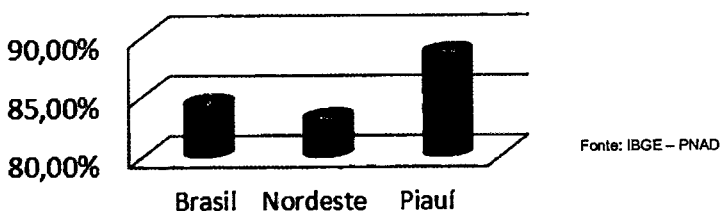
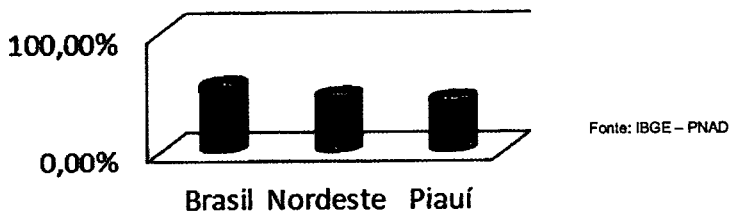


Gráfico 09 – Taxa líquida na matrícula do ensino médio - Brasil, Nordeste e Piauí



No ano de 2013, o Brasil teve 7.854.207 matrículas no ensino médio, apresentando redução de 90.534 matrículas, em relação ao ano de 2012. Esta redução também foi verificada no Piauí de 140.575 em 2012, para 131.851 matrículas em 2013, registrando, assim, uma perda de 8.724 alunos, de acordo com os dados MEC/INEP 2013.

Os gráficos 10 e 11 evidenciam decréscimos nas matrículas do ensino médio no Brasil, Nordeste e Piauí, com movimento ascendente, em percentual superior ao regional e nacional. A queda inicia em 2006, acompanhando o percentual das outras esferas.